

**DO INTELLECTUAL EXILADO:
O LEGADO HUMANÍSTICO DE JAIME CORTESÃO**
**THE EXILED INTELLECTUAL:
THE HUMANISTIC LEGACY OF JAIME CORTESÃO**

DANIEL SEIXAS MELO
Universidade Nova de Lisboa, CHAM, FCSH
danielseixasmelo@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4573-3497>

Texto recebido em / Text submitted on: 11/07/2019
Texto aprovado em / Text approved on: 28/01/2020

Resumo:

Neste texto propõe-se uma perspetiva inédita sobre o exílio de Jaime Cortesão, verificando como o seu prestígio intelectual, aliado à apetência humanista e de intervenção em coletivos, lhe possibilitaram aceder a redes sociais que, por seu turno, o ampararam e lhe permitiram aprofundar uma obra multimodal. Essas redes, iniciadas no seu país natal, assumiram logo aí uma forte dimensão luso-brasileira e cosmopolita, além de demo-republicana, o que facilitaria a sua integração nos países de acolhimento, França, Espanha e Brasil. Para dar conta deste percurso singular que mescla exílios político e intelectual optou-se por uma análise cruzada da sua faceta de estudioso, ensaísta e ativista político e cívico com uma faceta subvalorizada da sua atividade, a de promotor da edição, do livro e da leitura. Este estudo articula pesquisas sobre a circulação do impresso no século XX, o lugar das ideias e redes de exilados e o exemplo de Jaime Cortesão.

Palavras-chave

Exílio; redes; antifascismo; intervenção cultural; republicanismo.

Abstract:

This text proposes an unprecedented perspective on the exile of Jaime Cortesão, verifying how his intellectual prestige, combined with the humanist appetite and the intervention in groups, allowed him to access to social networks that, in turn, supported him and allowed to deepen his multifaceted work. These networks, started in their native country, soon assumed a strong Portuguese-Brazilian and cosmopolitan dimension, as well as a demo-republican dimension, which would facilitate his integration in the host countries, France, Spain and Brazil. In order to give an account of this singular course that mixes political and intellectual exiles, the article combines a cross-analysis of his facet of scholar, essayist and political and civic activist with the undervalued facet of promoter of publishing, book and reading. This study articulates research on the circulation of print in the twentieth century, the place of exile ideas and networks and the example of Jaime Cortesão.

Keywords:

Exile; networks; antifascism; cultural intervention; republicanismo.

Neste texto propõe-se uma perspectiva inédita sobre o exílio de Jaime Cortesão, verificando como o seu prestígio intelectual, aliado à apetência humanista e de intervenção em coletivos, lhe possibilitaram aceder a redes sociais que, por seu turno, o ampararam e lhe permitiram aprofundar uma obra multimodal. Tais redes, que começaram a ser construídas no seu país natal, assumiram logo aí uma forte dimensão luso-brasileira e cosmopolita, além de demo-republicana, o que facilitaria a sua integração social, política e cultural nos países de acolhimento, França, Espanha e Brasil. Para dar conta deste percurso singular que mescla exílios político e intelectual optou-se por uma análise cruzada da sua faceta de estudioso, ensaísta e ativista político e cívico com uma faceta subvalorizada da sua atividade, a de promotor da edição, do livro e da leitura.

Este estudo procura articular pesquisas feitas nos últimos anos sobre a circulação do impresso no século XX (em particular no quadro atlântico), o lugar das redes de exilados nesse âmbito e o exemplo de Jaime Cortesão. Subjaz-lhe uma perspectiva que concilia contributos das

histórias intelectual, sociocultural e do livro com o campo de estudos sobre exílios. Para além de bibliografias temáticas (como a de Águas 1985), recorreu-se a documentação (alguma pouco conhecida) de /e sobre Cortesão, os seareiros, a edição luso-brasileira e movimentos políticos de entreguerras e anticolonialistas, o que permitiu suprir lacunas e revelar inter-relações mais complexas.

A atividade multimodal nos círculos intelectuais republicanos

Jaime Cortesão (1884-1960) começou cedo a construir um percurso misto de intervenção cívica, intelectual e académica, cimentando amizades, cumplicidades e redes de partilha⁽¹⁾. Ligou-se a movimentos socioculturais e cívicos relevantes no seu país natal, como os da Renascença Portuguesa (de 1911 a 1920), da *Seara Nova* (1921-56) e da educação popular (Escola Livre, Amigos do ABC, Universidade Popular do Porto)⁽²⁾.

Enquanto movimento cívico e sociocultural de regeneração republicana da pátria, a Renascença Portuguesa, de que Cortesão foi um dos principais mentores, tinha uma perspetiva unificadora de formação integral dos cidadãos, envolvendo diversificadas facetas educativas e culturais⁽³⁾. No plano editorial original (de 1914), estruturado em 4 coleções, foi central a coleção «Biblioteca Lusitana», dirigida por si e Alfredo Coelho de Magalhães e ligada ao curso de História da Literatura Portuguesa regido por este último. Visava divulgar um conjunto de obras ou excertos de autores clássicos representativos do

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória – DL 57/2016/CP1453/CT0062.

(1) O conceito de redes é aqui adotado numa aceção lata e não só ligada a deslocamentos (ou processos migratórios) pois, como se tentará comprovar, Cortesão envolveu-se em múltiplas redes, que serviram para a difusão de informação, projetos, iniciativas e propaganda, fomento de relações institucionais e interpessoais, agenciamentos, articulações políticas, cívicas, intelectuais, académicas e profissionais, entre outras dimensões (Truzzi 2008: máxime 203-7).

(2) Pintassilgo 2006 e Santos 1990: máxime 113-29. Para estes e outros projetos, como a Liga Propulsora da Instrução em Portugal (São Paulo, f.1925) e a União Intelectual Portuguesa, v. ainda Baptista 1990: 33 e 100-5; Autor, 2010: 26-33; Samuel, 2011; e BNP / Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea [ACP] / Espólio Jaime Cortesão [E25] / cx.60.

(3) V. António Sérgio em “O problema da cultura”, 1914 (em Samuel 2011: 45).

pensamento português e da pureza da língua⁽⁴⁾. Cada obra aí divulgada seria precedida dum estudo destinado a auxiliar na sua leitura, «dar um conhecimento perfeito da intenção do autor e realçar o seu estilo» (Santos 1993: 72). O volume inaugural foi o *Cancioneiro popular* (1914), de Cortesão, antologia precedida de «estudo crítico». Os volumes seguintes abordariam Rui de Pina, Gil Vicente, Cristóvão Falcão, Camões, António José da Silva, Francisco Manuel de Melo e Pe. Manuel Bernardes (por estudiosos como Teófilo Braga, Afonso Lopes Vieira, Edgar Prestage, Augusto César Pires de Lima e Francisco Torrinha). Numa 2.^a série pretendia-se alargar a coleção ao século XIX e publicar inéditos de interesse histórico ou literário. Previam-se ainda obras e/ou estudos de Carolina Michaelis, Ricardo Jorge, Leite de Vasconcelos, Bruno Sampaio, Joaquim de Vasconcelos, Teixeira de Pascoaes, António Sérgio, Virgílio Correia, José Teixeira Rego, etc.⁽⁵⁾.

A coleção ficou-se por 9 títulos, ainda assim o projeto foi suficientemente inspirador, com algumas das suas ideias logo retomadas por outras editoras e, mais tarde, pelo próprio Cortesão. Tanto essa como os livros avulso e os dois periódicos da Renascença Portuguesa (*A Águia* e *A Vida Portuguesa*, deste último sendo Cortesão diretor em 1912-15) seriam distribuídos e/ou impressos no Brasil, onde tiveram eco tão impressionante que suscitaram a aventura na edição de companheiros como Álvaro Pinto. Com efeito, vários livros da Renascença tiveram coedição no Rio de Janeiro, através de editoras como a Luso-Brasiliana (v.g., *Calvários da Flandres*, 1920) e a Anuario do Brasil (v.g., *Itália azul* e *A alegria, a dôr e a graça*, 2.^a ed., ambos de 1922), a ambas ligando-se Álvaro Pinto (dirigente daquele movimento e emigrado no Brasil entre 1920 e 1927), e também António Sérgio (para a segunda). Foi ainda significativa a expansão no Brasil da revista *A Águia*, logo desde a 1.^a série e prosseguindo na 2.^a, parte desta (5/1920 – 6/1921) sendo impressa por Álvaro Pinto na Anuario do Brasil⁽⁶⁾. A Renascença Portuguesa tivera inclusive um «Comité do Rio

(4) Tal como anunciado por Coelho de Magalhães em *A Vida Portuguesa* (apud Santos 2009: 191).

(5) Plano de edições em “Biblioteca Lusitana”. Lista dos livros publicados em Santos 2009: 192-4.

(6) Para uma lista de coedições com a Anuário do Brasil v. Santos 2009: 194. Sobre o ‘auto-exílio’ de Pinto v. *idem*: 213. Sobre esta revista v. http://ric.slhi.pt/A_Aguia/dados_editoriais.

de Janeiro»⁽⁷⁾ e editara autores brasileiros, como Olavo Bilac. Ademais, já naquela coleção estava patente o interesse de Cortesão por formar um grupo de colaboradores e por criar redes intelectuais e cívicas, neste caso, de forte pendor republicano e incluindo um historiador inglês.

Na primeira metade dos anos 1920, Cortesão publicou estudos aturados sobre a expedição que resultou no achamento das terras de Vera Cruz pelo navegador Pedro Álvares Cabral, desse modo iluminando as bases históricas do legado português na construção do Brasil moderno e tomando partido no debate então aceso sobre as raízes do Brasil. Indício adicional das conexões entre política, cultura e ciência nas relações luso-brasileiras, um desses estudos surgiu aquando da digressão oficial ao Brasil do Presidente da República António José de Almeida (em cuja comitiva esteve Cortesão), em 1922, e integrou uma monumental obra coletiva patrocinada por organizações da colónia lusa e então tributada como prova de gratidão ao povo brasileiro por ocasião do centenário da independência da «nação irmã»⁽⁸⁾. Cortesão deixava assim sólidas referências para a sua visibilidade futura pelo escol brasileiro.

A propensão para a intervenção cívica e cultural coletiva levou-o a envolver-se em dois círculos que amiúde se sobrepuseram, o da editora-*revista Seara Nova* (1921-56) e o «grupo da Biblioteca [Nacional]» (1919-27), ambos sediados em Lisboa. Partilharam a reflexão crítica e propostas para a regeneração da República portuguesa, mas diferenciavam-se por o segundo grupo – mantido por Cortesão enquanto diretor daquela instituição cultural central – buscar manter um nexu com elementos da Renascença portuguesa, além de anarquistas de *A Batalha* e doutras proveniências. A prolífica atividade que realizou nestas instituições permitiu reforçar a sua visibilidade e reconhecimento públicos, intra e extramuros⁽⁹⁾. Dois exemplos são de salientar pelo seu alcance cosmopolita: as edições da Biblioteca Nacional, permutadas com outras instituições congêneres, sobretudo europeias, e o envolvimento do grupo da Biblioteca

(7) Do qual fizeram parte brasileiros como Coelho Neto e João do Rio e portugueses como Óscar Lopes (cf. BNP/ACP/E25/821 [carta de Álvaro Pinto para Cortesão, de 9/11/1951]).

(8) V. Cortesão 1923. Este capítulo tivera versão ampliada em livro seu, v. Cortesão 1922.

(9) Sobre o «Grupo da Biblioteca» v. depoimentos do próprio (Cortesão 1960) e de David Ferreira (em Baptista 1985: 305-8). Sobre a sobreposição de círculos v. diagrama em *idem*: 325. V. ainda Baptista 1990: 44/5 e 60. Sobre a renovação editorial realizada sob a sua égide v. Gonçalves 1986.

na criação da União Intelectual Portuguesa (início dos anos 1920), que se tornará, pela iniciativa de Sérgio, na secção portuguesa da Union Intellectuelle Européenne, abrindo portas, no futuro exílio partilhado com Cortesão, a meios cosmopolitas internacionais (Clímaco 1995: 161), junto com o estatuto de membro da Academia das Ciências de Lisboa.

O exílio europeu: os escritores antifascistas e a defesa da cultura e da civilização

O republicanismo de Cortesão impeliu-o a participar numa tentativa de derrube da Ditadura militar em Fevereiro de 1927, tendo presidido à Junta Revolucionária instaurada no Porto. Por esta ação ligada ao «revirvalho» foi demitido da direção da Biblioteca Nacional. A perseguição política e cultural e a censura de que foi alvo levaram-no a exilar-se em França, ainda nesse ano. Começou aqui um exílio político e intelectual, integrando uma emigração política que irrompeu nesse século (e se solidificou sobretudo com a vaga fascizante dos anos 30-40) e caracterizada pela necessidade do indivíduo escapar a perseguições ou riscos decorrentes das suas opiniões políticas ou religiosas e que originará uma experiência de fratura ou deslocamento face à pátria (v. Camurri 2014: 6).

Em França prosseguirá as suas pesquisas. Para Cortesão, o estudo e divulgação da história de Portugal e do lugar do país no mundo teria um efeito demopédico e cívico e permitiria, por um lado, resgatar os processos e traços democráticos, civilizadores ou simplesmente edificantes da gesta portuguesa dos períodos medievo e moderno (v.g., Cortesão 1930a) e, por outro lado, e em conexão, regenerar a nação (reanimando o sentimento patriótico) e sinalizar a presença desse legado no corpo brasileiro, ou melhor, no mundo luso-brasileiro. Tratava-se duma conceção da história enquanto instrumento de consciencialização individual e coletiva, possibilitando ainda fortalecer os vínculos luso-brasileiros (devido à importância do legado civilizador português em terras brasileiras) e os cosmopolitas. A este propósito, atente-se, por exemplo, na pesquisa dispensada ao «humanismo universalista dos portugueses»⁽¹⁰⁾. De igual modo serviria enquanto instrumento democratizador da sociedade e das

(10) V.g. Cortesão 1930b, 1932 e 1965 (este último livro foi uma recolha de textos inéditos por si escritos no Brasil, c.1948, *apud* preâmbulo respetivo).

ideias, partindo da análise e valorização de antigas tradições democráticas ancoradas em Portugal como modo de legitimar uma história que se pretendia patriótica e cívica também para o tempo presente, trazendo implícito a necessidade do seu resgate e atualização, em contraponto à situação ditatorial que se vivia⁽¹¹⁾. Ora, esta é uma das tendências que mais influenciará Cortesão e outros intelectuais seus contemporâneos no sentido duma postura de maior intervenção cívica, pois que a conjuntura ditatorial generalizada no ocidente de entreguerras impunha uma renovação do papel do intelectual público, não já só preocupado pontualmente com a coisa pública intramuros mas abrindo para uma intervenção cívica sistemática, internacionalista e inspirada em ideias democráticas radicais (onde se inseriam o antifascismo) e cosmopolitas.

Cortesão participará ainda na Liga de Paris e em Os Independentes, grupos centrados na salvaguarda duma representação legítima (e frentista) do republicanismo deposto e na intervenção anti-ditatorial (sobre o revirinho e França v. Farinha 1998: 15-114 e Clímaco 2017: 45-88). Foi disso ilustração o manifesto «La lutte pour la liberté au Portugal – sa portée universelle. Ce que veulent les libéraux portugais» (de 5/10/1928), o qual, embora não apresentasse autoria da Liga fora assinado por vários dos seus membros, como Bernardino Machado, Afonso Costa, Sérgio, Aquilino Ribeiro, Sarmiento Beires, Raul Proença e Cortesão (Baptista 1985: 264-72). A partir deste pano de fundo gerar-se-iam outras conexões.

Para Cortesão, desde meados dos anos 1930 que a resistência antifascista transpusera os muros do ‘seu’ caso luso, devido ao ascenso e internacionalização da «terceira via» (i.e., congregando regimes filocorporativos que recusavam tanto o comunismo como o capitalismo), mormente na Europa, América Latina e Ásia. Como reação à forte perseguição e repressão cultural que as ditaduras de «terceira via» impuseram em vários países, surgiram redes de intelectuais apostadas no combate cívico-cultural a nível planetário, de que fará parte Cortesão. A conspiração e posterior agressão internacional fascista ao regime republicano espanhol tornará este caso mais notório e polarizador, última trincheira de defesa da civilização contra a barbárie. Note-se que, ainda em Paris, Cortesão colaborara num jornal dos republicanos espanhóis exilados, o *Paris-Madrid*, novamente ao lado de Sérgio e Raul Proença (v. Clímaco 1995: 162).

(11) Sobre o lugar da história no pensamento de Cortesão v. Travessa 2004: 213-252.

A indiferença quase generalizada da opinião pública francesa face à situação política portuguesa impeliu parte deste grupo de republicanos a exilar-se em Espanha (a partir de 1931), onde Cortesão colideraria o grupo dos «Budás» de Madrid, com Jaime de Morais e Moura Pinto, e se tornaria delegado dos exilados lusos junto do governo espanhol (v. Clímaco 1995: 164 e 2017: 66 e 179). Neste entremez, Cortesão revisitou Paris, para participar no Congresso Internacional de Escritores para a Defesa da Cultura, realizado a 22/6/1935 e que reforçou a projeção dum novo intelectual público, o escritor antifascista internacionalista. Este encontro daria origem à Association des Écrivains antifascistes pour la Défense de la Culture (ou Asociación Internacional de Escritores en Defensa de la Cultura, ou Associação Internacional para a Defesa da Cultura, AIDC), também grafada como Alliance des Intellectuels antifascistes pour la Défense de la Culture e que teve uma secção espanhola. Ambas foram formalizadas no verão de 1936, a segunda a partir de manifesto publicado no jornal madrileno *La Voz*, a 30/7⁽¹²⁾.

Entre as suas iniciativas mais ambiciosas, a AIDC publicou um jornal (*El Mono Azul*, 1936-39, impulsionado pelo poeta Rafael Albertí) e projetou uma «Enciclopédia Internacional das Letras e das Artes», multilingue e de claro perfil enciclopedista-iluminista (incluindo a ciência), com direção científica de Langlois e Perrin, a qual não chegou a ser editada, apesar do envolvimento de várias secções (e, provavelmente, até de editoras). Este projeto foi referido por Cortesão em 10/6/1936 a J. Fonseca (e a A. S[érgio], noutra carta, aí mencionada), junto com a novidade de ter sido convidado para uma reunião do Bureau Cultural da organização, ocorrida em Londres de 19 a 23/6/1936, à qual assistiu (após superar certas dificuldades financeiras)⁽¹³⁾. Relatou esse encontro com detalhe ao comité nacional em Portugal por carta de 27/6, que teve como destinatário provavelmente Bento de Jesus Caraça (BJC, vem só encimada com um «Caro Amigo», algo comum na epistolografia de Cortesão), um dos principais membros deste comité e em cujo espólio

(12) Cf. Alianza de Intelectuales Antifascistas para la Defensa de la Cultura 1936, Ortiz 2017 e Oliveira 2013 e 2015.

(13) Sobre o jornal v. Bueno Sánchez, s.d. Sobre a reunião londrina v. Arquivo Mário Soares [AMS]/Manuel Mendes – MNAC – Museu do Chiado / carta de Cortesão a J. Fonseca (Paris, 10/6/1936). Cortesão pede na carta para que essa seja entregue a J. de Barros (provavelmente João de Barros). Para contribuidores lusos desta enciclopédia sugerira a Sérgio os nomes de R[odrigues] Lapa, Hernâni [Cidade] e Reinaldo [dos Santos].

se encontra esse documento⁽¹⁴⁾. Cortesão propôs que desta enciclopédia houvesse uma edição conjunta em português, espanhol e catalão e abarcando o território sul-americano, sugestão bem aceite na reunião pelos delegados espanhóis⁽¹⁵⁾.

Com a eclosão da Guerra civil espanhola, e face à campanha pró-Franco em Portugal, que acusava os exilados de traição à pátria por estarem a ameaçar a soberania nacional, Cortesão subscreve o manifesto «Mensaje del verdadero Portugal», de denúncia da ditadura do «Estado Novo» e seu conluio com os militares sublevados contra o governo legítimo espanhol. Divulgado a 4-5/10/1936 por jornais espanhóis, tem diversas incidências: «ataca la alianza de la dictadura portuguesa con el fascismo español, llama la atención sobre los posibles riesgos para la independencia de Portugal, defiende la soberanía española y expresa sus temores por la pérdida de las colonias ultramarinas lusas» (Pena-Rodríguez 2014: 9). Ou seja, defende os republicanismos ibéricos e a integridade territorial dos dois países, incluindo as possessões coloniais, no que podia ser entendido como uma concessão ao republicanismo conservador. Entre os signatários constavam personalidades do republicanismo deposto (como o seu irmão Armando Cortesão, Moura Pinto, Utra Machado e Jaime de Moraes) e figuras do anarquismo (como Manuel Firmo, ex-dirigente do Sindicato Ferroviário e então secretário da delegação da CGT portuguesa).

Em 1937, Cortesão representou um grupo frentista de exilados lusos (da recém-constituída Frente Popular Portuguesa) na 2.^a edição do mencionado encontro de intelectuais antifascistas, que decorreu em Espanha na primeira quinzena de julho, «já com a Guerra Civil

(14) Para o perfil da enciclopédia cf. AMS/DBC – Documentos Bento de Jesus Caraça / «Associação Internacional para a Defesa da Cultura e Comité Nacional Português para a Defesa da Cultura», 1935-1936. Na documentação deste fundo de BJC incorporado na Fundação Mário Soares existe um documento intitulado «Carta de autor não identificado, delegado do Comité Nacional Português para a Defesa da Cultura ao Plenum do Bureau Central da Associação Internacional para a Defesa da Cultura realizado em Londres, 27 de Junho de 1936» (reproduzido em <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04403.013#!3> e s.). Por confronto com o documento referido na nota anterior, e por consulta do espólio do autor na BNP, podemos afixar que aquela carta de 3 fls. manuscritas teve como autor Cortesão, e que foi provavelmente dirigida a BJC, pela razão supra apresentada (a de BJC ser um dos principais dirigentes do comité nacional frentista da cultura).

(15) Cf. carta a BJC de 27/6/1936, <http://casacomum.net/cc/visualizador?pasta=04403.013#!4>.

em pano de fundo» (Oliveira 2016) e que teve de concluir-se em Paris, entre 16 e 18 desse mês⁽¹⁶⁾. Cortesão conferenciou nas duas sessões de Madrid e na última de Valência, e terá estado ausente das de Barcelona e Paris⁽¹⁷⁾. No seu último discurso, no dia 10, e a seguir a André Malraux, Cortesão articulou a percepção de futuro comum ibérico (mas respeitando a soberania dos dois países) com a apologia e defesa solidária da cultura, da democracia e do republicanismo⁽¹⁸⁾:

todos sabemos, o fascismo representa o sistema de regressão mais brutal de todos os tempos na ordem política, social e cultural. O ponto de vista dos escritores portugueses é, pois, que se torna absolutamente necessário defender, restabelecer e alargar as condições sociais de independência do espírito que constituíam até hoje a base de todos os progressos da cultura, ou seja, que o dever mais urgente e indeclinável dos intelectuais é auxiliar com as armas ou com a pena a causa do povo espanhol (Santos 1993: 334).

Neste congresso da AIDC, Cortesão assumiu-se como secretário da secção portuguesa (v. Santos 1993: 176 e 331). Seria convidado a fazer parte do seu Bureau permanente, em Paris, mas não esteve nessa sessão.

Nos bastidores, e ainda em Espanha, persistiu empenhado em atividades conspirativas e frentistas de derrube da ditadura lusa (Santos 1993: 175-80; Farinha 1998: 238-60; Pena 2014; Oliveira 2016). Aliás,

(16) O texto integral da sua comunicação vem em Santos 1993: 331-335.

(17) O encontro teve desde o início um intuito digressivo e de sobreposição de atividades (v. reprodução do programa original em entrada específica na Wikipedia), mas foi muito reformulado devido aos contratempos gerados pela Guerra civil, além de ter que concluir-se extramuros, tendo os trabalhos decorrido segundo a seguinte sequência: inauguração em Valência no dia 4, continuação em Madrid (dias 5 a 8), regresso a Valência no dia 10, continuação em Barcelona no dia 11, encerramento em Paris, nos dias 16 a 18 (*apud* Gutiérrez & Moncunill 2007). No discurso em Madrid, Cortesão agradeceu a campanha pró-libertação de Adolfo Casais Monteiro (v. Luiz Francisco Rebello, s.d., “A participação de Jaime Cortesão no 2º Congresso de Escritores Antifascistas”, BNP/ACP/E25/2929, fls.6/7), preso por angariação de fundos para os republicanos espanhóis e que seria diretor do *Mundo Literário* enquanto Jaime Cortesão Casimiro antes de se exilar no Brasil (Lemos & Leite 2002: 27).

(18) O apoio luso fez-se então através de intervenções militares (revolta da Armada em 11/6/1936, atos de sabotagem de material de guerra destinado aos franquistas), da emissão por rádio clandestina da Frente Popular Portuguesa e da edição clandestina de dezenas de periódicos para consciencialização cívica (*ibidem*). O texto da referida «comunicação» vem transcrito em Santos 1993: 331-5, graças à cortesia do encenador argentino Julio Castro Nuovo.

Cortesão e o seu círculo insistiram na convergência com outras correntes lusas e com as forças republicanas espanholas, como sistematizam Paulo (2008) e Clímaco (2017: 192-270). Em Espanha tiveram relações com o poder republicano, facilitado pelo facto de serem maçons (Cortesão era-o desde 1911), tendo aí criado uma nova loja, República Portuguesa, dependente do Grande Oriente espanhol (Paulo 2008: 91).

O exílio brasileiro: regresso à direção editorial e encomendas oficiais

Mas a Europa, fosse em que quadrante fosse, deixara de ser um lugar seguro para pessoas como Cortesão. A sua breve passagem por Portugal em 1940, fruto da ilusão duma amnistia ou pacificação política, foi disso ilustração eloquente, pois reiterava a violência política congénita que partilhavam os regimes de «terceira via». Por isso, em 11/1940, e após prisão e ordem de desterro, iniciou novo exílio, agora no Brasil (onde permanecerá até 1957), com o apoio de Sarmento Pimentel, Ricardo Severo e outros republicanos já radicados em São Paulo e Rio de Janeiro, os quais prosseguiram a atividade de resistência, bem como de políticos, jornalistas e escritores brasileiros⁽¹⁹⁾. Este exílio integrou-se num contexto de emigração política massiva para as Américas por parte de intelectuais europeus fugindo ao avanço nazifascista (Camurri 2014: 2) e com parte dos quais Cortesão partilhara intervenção cívica e cultural referida supra.

Recém-chegado, logo recebeu convites para conferências remuneradas por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, pouco depois, para bibliotecário-secretário do Real Gabinete Português de Leitura carioca (1941-44) e encomendas várias por parte do governo brasileiro (organização da mapoteca dos ministérios da Guerra e Relações Exteriores, cursos para futuros diplomatas no Instituto do Itamaraty, estudos históricos, etc.), além de cursos universitários. A sua rápida integração no meio intelectual e político permitiu o reforço de redes de intercâmbio cultural e político luso-brasileiro, a que ele e outros exilados recorreriam nos anos vindouros (Ribeiro 2015: 14-53). A sua nova situação

(19) Sobre os apoios decisivos dos círculos demo-republicano e brasileiro v. Silva 2007: 127, Paulo 2009 e Ribeiro 2015: 52-3. Sobre o prosseguimento da atuação dos Budas v. Paulo 2008: 95-6. Sobre o conforto dado pelos convites institucionais brasileiros (incluindo imprensa) v. cartas do próprio em Cortesão 1987: 73-81.

biográfica permitiu-lhe aprofundar um ideal de antanho, o diálogo luso-brasileiro, de que a Renascença Portuguesa fora já um exemplo por si abraçado. Ideal esse tanto mais fácil de perseguir quanto Cortesão optara há muito por uma escrita da história que ligava de modo inextricável Portugal e Brasil. Este *modus faciendi* já ocupara boa parte do seu exílio em França e Espanha e iria ser reforçado no Brasil⁽²⁰⁾, também por outras vias, que iremos analisar.

Em Janeiro de 1942, retomou a experiência de diretor literário, agora na editora-distribuidora Livros de Portugal, S. A., sediada no Rio de Janeiro, onde então se radicara. Com livraria na mesma cidade desde 1941, teve como fito original divulgar a herança portuguesa nos domínios da história, etnografia, literatura e língua. Esta empresa fora criada no final dos anos 1930 pelos empresários lusos António de Sousa Pinto (depois fundador da Livros do Brasil), António Pedro Martins Rodrigues e Américo Fraga Lames, este também mentor da portuense Civilização (Autor 2018). Nessa altura, Cortesão assumiu também funções de diretor literário na livraria-editora carioca Freitas Bastos⁽²¹⁾. Esta terá sido a sua «primeira ocupação» profissional no Brasil (*apud* Silva 2007: 148).

Da sua nova atividade deu logo entusiástica notícia aos companheiros da *Seara Nova*, em carta de 20/1/1942, onde apresentou um plano editorial que visava resgatar o prestígio das «letras portuguesas» no Brasil⁽²²⁾, combinando a divulgação de textos de autores lusos com novos estudos por especialistas relativos a estes criadores e/ou à sua obra (Lisboa 1944: 129).

(20) Um texto emblemático foi o que pronunciou na Academia Brasileira de Letras, a 14/11/1940, sintetizando a sua «concepção, tão estreitamente ligada à História do Brasil, sobre as causas profundas que determinaram e fizeram eclodir a Restauração portuguesa em 1640» (Cortesão 1941: 63). Sobre o perfil da sua atividade historiográfica v. Magalhães, 20--.

(21) Para ambos os cargos a fonte é uma carta cit. por Lisboa 1944: 129. Esta autora grafa «livraria Freitas Branco»: trata-se de lapso ou gralha pois tal entidade nunca existiu, por isso substituí por Freitas Bastos, livraria-editora então em plena atividade, sediada também no Rio e que publicara Pedro Calmón (do qual saíra o ensaio *Os lusíadas* em coleção da Dois Mundos, que Cortesão também dirigiu) e uma revista conhecida, a *Mundo Literário*, cuja direção coubera a Agripino Grieco, intelectual brasileiro que será publicado pela Livros do Brasil (“Freitas Bastos” s.d. e Hallewell 2005: 420).

(22) Como deixou escrito a Câmara Reys: «Creio que posso prestar grande serviço às letras portuguesas (com a sua difusão inteligente e planeada) as quais vocês nem podem imaginar a que declínio de prestígio chegaram no Brasil» (Lisboa 1944: 129).

Para enquadrar os textos a editar na Livros de Portugal criou uma coleção, a «Clássicos e Contemporâneos portugueses», que ficaria conhecida como «Clássicos e Contemporâneos». Em nova carta aos seareiros, de novembro de 1942, anunciava que tal coleção pretendia «oferecer, dentro de sessenta volumes aproximadamente, um quadro representativo do carácter literário da nossa cultura, desde a Idade Média aos nossos dias», abarcando «poesia», «romance» e «ensaio crítico» (cit. em Lisboa 1944: 129). Há quem avenge que a decisão de lançar esta coleção foi uma resposta de Cortesão ao apelo lançado por Gilberto Freyre no início dos anos 1940, de revitalização da cultura luso-brasileira através de realizações por parte dos seus pares dos dois lados do Atlântico, que este já então influente pensador brasileiro considerava estar sob ameaça (cf. Santos 1993: 278).

Cortesão não chegou a publicar tudo o que pretendia nesta coleção, mas conseguiu que a visibilidade da produção portuguesa não se confinasse a Eça e Camilo⁽²³⁾. Numa 1.ª fase, a «Clássicos e Contemporâneos» propôs livros com preparação e paratextos (contendo estudos novos e extensos) por especialistas brasileiros, excluindo os números 1 e 3 (concebidos por si próprio) e os que tiveram a coordenação de Fidelino de Figueiredo e do seareiro Câmara Reys⁽²⁴⁾. O volume inaugural, de 1943, foi *A carta de Pero Vaz de Caminha / com um estudo de Jaime Cortesão*, e além do dito estudo (literário, histórico e topográfico; reeditado em versões corrigidas pelas Portugália Editora e INCM) continha o *fac-simile* do «auto do nascimento do Brasil» e a sua leitura paleográfica, anotada e «em linguagem atual»⁽²⁵⁾. Este estudo tornou-se de referência, e ter-lhe-á servido de cartão-de-visita para as subsequentes encomendas do governo brasileiro, segundo opinião do correligionário Sarmiento Pimentel, também ele um republicano exilado⁽²⁶⁾. Inicialmente lançara um apelo ao contributo dos

(23) Na referida missiva de 20/1/1942 anunciava volumes para Fernão Mendes Pinto e Fernão Lopes que não terão sido publicados. Aliás, na badana da contracapa de livros desta coleção vinha anunciada uma reedição da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, com prefácio de Pedro Calmón, mas não se conseguiu localizar esta obra. Além disso, a coleção não chegou a totalizar os c. 60 volumes por si previstos, quedando-se seu labor em 19 títulos (*apud* Pimentel 1952: 196).

(24) V. *Antero de Quental. Prosas escolhidas*, n.º 5, 1942, e *Livro do centenário de Eça de Queiroz*, 1945.

(25) Cit. de badana de contracapa. Note-se que houve vários volumes desta coleção publicados em 1942, como o n.º 5, mas o n.º 1 tem data de 1943.

(26) Pimentel 1952: 196. Opinião corroborada por estudiosos como Silva 2007: 148-9.

escritores portugueses para aquilo que considerava ser uma missão de «interesse nacional», mas reduzira o escopo aos seareiros (pois a carta que dirigiu a um deles subentendia isso), os quais não conseguiram (ou não quiseram) envolver-se determinadamente, daí o maior peso adquirido pelos colaboradores brasileiros⁽²⁷⁾.

Em 1944, a coleção tinha já 12 volumes. Publicaram-se nesta coleção autores clássicos e mais recentes da literatura portuguesa, como Gonçalves Crespo, Eça de Queirós, Antero de Quental e Fialho de Almeida, em reedições ou antologias críticas concebidas, respetivamente, por: Afrânio Peixoto; Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reys, e Vianna Moog; Fidelino de Figueiredo, Manuel Bandeira; José Lins do Rego. Nota-se uma ênfase no século XIX (com extensões sobretudo ao século XX), procurando dar uma panorâmica diversificada, nos nomes e géneros literários: além das obras já referidas, contos históricos e rústicos, produção de Antero, polémicas de Camilo e Eça, crónicas de Fialho, Eça e Ramalho Ortigão, etc. Houve também uma preocupação em apresentar e publicitar conteúdos com afinidades com o Brasil: assim, o livro *O que o povo canta em Portugal* (n.º 3), de Cortesão, era apresentado como uma recolha etnomusical acompanhada por «um largo estudo sobre a arte popular portuguesa nas suas relações com o Brasil»; a recolha dedicada a Camilo intitulava-se *Polémicas em Portugal e no Brasil* (n.º 10); e relançavam-se *Elogio histórico de José Bonifácio [de Andrada e Silva]* (n.º 2, louvor de Latino Coelho ao «patriarca da independência» do Brasil, ainda que buscando destacar o contributo deste para a ciência portuguesa) e *Diálogos das grandezas do Brasil* (n.º 14), obra do século XVII mas só editada comercialmente em 1930. Além disso, reitera-se, a maioria dos estudos que acompanhavam as obras eram da lavra de peritos brasileiros.

Esta editora divulgou ainda (mas já sem Cortesão) nomes emergentes das letras brasileiras, como Jorge de Lima (*Invenção de Orfeu*, 1952, prefácio de Murilo Mendes e João Gaspar Simões) e, sobretudo, Cecília Meireles. Juntos com Manuel Bandeira foram representantes cimeiros do modernismo brasileiro, enquanto Gaspar Simões foi um dos expoentes do 2.º modernismo português. De notar que Cortesão foi sogro do poeta e ensaísta Murilo Mendes, que se casou com a sua filha Maria

(27) Na referida carta de 11/1942 termina dizendo: «era necessário que daí nos ajudassem (os escritores) com boa-vontade e compreensão, numa tarefa que é de interesse nacional» (Lisboa 1944: 129).

da Saudade Cortesão em 1947 e fez carreira universitária em Roma, a partir de 1957. A sua outra filha, Judith Cortesão, casou-se com o filósofo exilado Agostinho da Silva, reforçando outro entrelaçamento, entre laços de parentesco, afinidades intelectuais e cumplicidades luso-brasileiras ligadas ao exílio (Ribeiro 2017: 123-4).

A «Clássicos e Contemporâneos» foi ilustrada pela pintora Maria Helena Vieira da Silva, também ela exilada no Brasil após recusa pelo Portugal ditatorial de visto de residência ao marido húngaro em fuga do nazismo, o também pintor Árpád Szenes⁽²⁸⁾.

Pouco depois, Cortesão seria diretor literário noutra editora, a Dois Mundos Editora, Lda. (sediada também no Rio de Janeiro, na R. do Ouvidor, lugar das grandes livrarias cariocas da época). A Dois Mundos (ou Edições Dois Mundos, como também surge grafada) fora igualmente fundada por António de Sousa Pinto, junto com o seu irmão Joaquim de Sousa Pinto, c. 1943⁽²⁹⁾. Trata-se dum 'desdobramento' (ou chancela) da Livros de Portugal, visto que os seus proprietários e projeto eram similares (embora com mudança parcial de donos), prosseguiu a coleção «Clássicos e Contemporâneos» e teve também Cortesão como diretor. Editou uma pioneira antologia da nova poesia lusa por Cecília Meireles, *Poetas novos de Portugal* (1944), na qual se revelou Fernando Pessoa ao auditório brasileiro. Através dela Gilberto Freyre introduziu *As farpas* do duo Eça e Ramalho Ortigão ao público brasileiro, em 1943. E o já então conhecido folclorista Luis da Câmara Cascudo aí organizou *Os melhores contos populares de Portugal*, em 1944, seleção complementada por um estudo seu. A coleção integrou ainda livros de João de Barros (*Presença do Brasil*, 1946) e de neófitos como José Rodrigues Miguéis (*Onde a noite se acaba*, 1946), que terão difusão no Brasil pela Livros de Portugal.

Esta coleção foi, até certo ponto, um prolongamento da anterior «Biblioteca Lusitana», retomando algumas ideias gizadas no programa editorial da Renascença Portuguesa, embora com um perfil mais aberto, moderno e assumidamente luso-brasileiro. Em contramão da Anuario

(28) Sobre a participação de Vieira da Silva v. Silva 2007: 148.

(29) A crer na data de edição dos livros mais recuados que localizámos para esta editora (v. PORBASE). O último livro da coleção «Clássicos e Contemporâneos» é de 1947, daí termos optado por esse ano para hipotética data de término do labor de Cortesão enquanto diretor literário nesta editora.

do Brasil, várias obras da Livros de Portugal e da Dois Mundos terão distribuição em Lisboa pela Livros do Brasil.

Para um seu biógrafo, tal coleção foi «a melhor antologia brasileira da cultura portuguesa, em que nomes notáveis da literatura do país irmão colaboraram na selecção e nos prefácios, incluindo textos de alguns dos melhores autores portugueses» (Santos 1993: 230).

Noutra coleção da Dois Mundos, a «Estudos históricos e literários», saíram ensaios de Pedro Calmón sobre *Os lusíadas*, de Camões (1945) e de Agostinho de Campos sobre o *Futuro da língua portuguesa no Brasil* (1948), entre outros.

Cabe ainda referir três encomendas brasileiras, todas dos anos 1950, pois conferiram-lhe mais prestígio e um estatuto equiparável ao de diretor literário: 1) em 1950 a liderança da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro encomendou-lhe a publicação dos *Manuscritos da coleção «De Angelis»*, aí depositados, documentação essa proveniente do arquivo histórico dos jesuítas do Paraguai e relativa à história do Brasil (7 v., 1951-70); 2) nos anos 1950, a Sociedade Pedro II, presidida por Assis Chateaubriand, encomendou-lhe um estudo sobre *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, obra editada pelo Ministério da Educação e Cultura brasileiro (em 1958); 3) em meados de 1950 o Gabinete Português de Leitura carioca encomendou-lhe o levantamento *Pauliceae lusitana monumenta historica*, editado em 3 tomos entre 1956 e 1961 (Simões 1961: 32; Santos 1993: 284). É neste âmbito que ocorreram os únicos momentos de suspensão do seu longo exílio (além do de 1940), por impulso doutro Estado que não o de origem, através de missões culturais oficiais em 1952-3 e 1955 (Águas 1985: 178/9).

Importa por fim destacar o labor de tradutor de Cortesão, em parte por necessidades económicas, noutra parte enquanto modo de divulgar textos relevantes e de reforçar uma cultura universalista e cosmopolita (v. lista em Santos 1993: 232). Foi neste contexto que traduziu uma obra como *Cartas de amor: Soror Mariana*, da freira portuguesa Mariana Alcoforado (v.o. *Lettres portugaises* 1669), que fez acompanhar por estudo comparativo doutras traduções e se publicou de par no Rio (pela Anuario do Brasil) e no Porto (pela Renascença Portuguesa), em 1920. Em 1945, fez a revisão da tradução de *O que Hitler me disse*, para a Dois Mundos, testemunho muito requisitado sobre a II Guerra Mundial cuja tradução original (de João de Barros) publicada em Lisboa em 1940 (com o título *Hitler disse-me...: confidencias do Fuhrer sobre os seus planos de conquista do mundo*, pela

Livraria Clássica Editora) fora profundamente mutilada pela censura oficial⁽³⁰⁾. A editora aceitou ainda a sua sugestão de publicar a tradução por Jaime Morais do manuscrito *España heroica*, do general republicano Vicente Rojo, mas malograda em 1945 por diferendo em torno de direitos autorais (Paulo 2012). De resto, o grupo dos Budas continuaria sintonizado com os republicanos espanhóis e com a ideia duma luta comum anti-ditaduras ibéricas, como atesta a nota de abertura por Cortesão, em 1947, no jornal *Libertação*, co-editado pela Associação Brasileira dos Amigos do Povo Espanhol e a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa (Paulo 2008: 103). Integrou também o Directório Democrato-Social, congregando republicanos de várias latitudes desde 1950.

Nesta década, Cortesão participou num Congresso Internacional de Escritores, seguido de Encontros Intelectuais (patrocinados pela UNESCO), ambos em 8/1954, no âmbito da programação do IV Centenário de São Paulo, no qual foi comissário da Exposição Histórica de São Paulo no Quadro da História do Brasil (Silva 2007: 132-3 e 149). Estes encontros erigiram-se como «espaços privilegiados para se defender a liberdade de criação, as denúncias contra a censura em Portugal e a exposição de críticas à ideologia nacional-colonial» (*idem*: 133). A sua participação juntou-se à de velhos *compagnons de route* como Adolfo Casais Monteiro e Rodrigues Lapa, mas da sua lavra apenas se publicou o comentário à palestra de Roger Bastide, sobre a visão da América pelos europeus (v. Congresso internacional de escritores e Encontros Intelectuais 1957: 159-94). Porém, o congresso exaltaria a liberdade de expressão (na declaração de princípios e apoiando o proselitismo de Casais Monteiro) e agradeceria ainda a Cortesão (*idem*: 249; Lemos & Leite 2002: 23-28). Ademais, o exílio brasileiro trouxe um agudizar da crítica à política colonial (culminando na aceitação da autodeterminação dos povos, por via da questão indiana, embora mantendo-se a ideia duma pátria una), distanciando-se duma tradição republicana integracionista (Paulo 2014: 57-8).

No Brasil, Cortesão permaneceu assim envolvido no combate antifascista, a que juntaria uma discreta crítica ao colonialismo salazarista, tendo escrito em jornais (p.e. em *Portugal Democrático*, de que foi colaborador e inspirador intelectual) e revistas (p.e., na *Revista*

(30) *Apud* «Advertência [dos editores]», p. 7 da edição da Dois Mundos. Datação *apud* Águas 1985: 197.

Portuguesa, 1930-45) e convívio em círculos específicos (lusos, luso-brasileiros, etc.), mas ignora-se se integrou o Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, criado em 1958, pois, embora próximo do núcleo duro, já abalara para Lisboa⁽³¹⁾.

O regresso do exílio: coerência cívica e intelectual

O retorno do exílio, em 1957, não significou para Cortesão uma suspensão da sua atividade cívica, política ou cultural, permanecendo fiel, até ao fim dos seus dias, ao empenho de sempre pela democratização da sociedade portuguesa. Isso mesmo se comprova em várias tomadas de posição pública, designadamente enquanto co-signatário dum manifesto de intelectuais portugueses contra a censura em Portugal (1957), presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores (1958-60), na qual sucedeu ao seu amigo Aquilino Ribeiro e teve que o defender devido ao processo político-judicial em torno do seu livro *Quando os lobos uivam* (1958-9), e impulsor do Programa para a Democratização da República, publicado pela oposição republicana e frentista em 31/1/1961 e no qual surge homenageado *post mortem*. O caso porventura mais traumático terá sido o da sua prisão em 1958, por ser co-signatário de protesto contra a proibição da vinda do político trabalhista Aneurin Bevan a Portugal (Santos 1993: 13 e 207-8), pois esse vexame foi-lhe feito na velhice.

Foi sintomático da sua afeição às redes criadas (e a novas) o facto de continuar a mobilizar os seus contactos no Brasil e alhures para fazer intervenção cívico-cultural, sendo caso emblemático a série de artigos agrupados sob a divisa «O povo tem fome de cultura», de 1955. Trata-se duma divisa bem explícita, que punha a pressão sobre a necessidade de se reforçar a oferta cultural (grandemente formativa, no seu entender) para a maioria da população. Esse conjunto de textos saiu ao longo de três meses em cinco jornais de três continentes (*O Estado de S. Paulo*, São

(31) Silva 2007: 140-1 e 160. O CIAPPLE, iniciativa do grupo do jornal *Portugal Democrático* e informalmente instalado na redação do jornal *O Estado de São Paulo*, divulgou eventos, publicações e artigos de opinião sobre a situação portuguesa ou dos imigrantes e exilados portugueses no Brasil, e dossiês de denúncia dos «crimes da Guerra Colonial», depois enviados à ONU (Silva 2007: 160 e 211-215).

Paulo, 21/8; *Notícias*, Lourenço Marques, 23/8; *O Primeiro de Janeiro*, Porto, 12 e 29/10; *Semana Portuguesa*, São Paulo, 29/10; e *A Nossas Terra*, Cascais, 3/12), dando assim maior ressonância ao seu conteúdo, empenhadamente pró-democratização cultural.

Conclusões

A condição de exilado de Jaime Cortesão significou para si uma situação de separação forçada e dolorosa da terra natal. Esse sentimento aproxima-o do comum dos exilados, com os quais partilhou também uma predisposição para a reflexão sobre a sua pátria. Porém, a sua perspetiva não sofreu mudanças abruptas, antes aprofundou linhas de interpretação que já tinha apresentado no seu país. Essas linhas passaram em grande medida por uma articulação entre as histórias de Portugal e do Brasil, na escrita histórica, e por um intercâmbio luso-brasileiro nos estudos culturais, literários e ensaísticos, que dinamizou enquanto publicista, autor, tradutor e, sobretudo, diretor editorial.

Outro aspeto central de continuidade em Cortesão foi a sua inclinação para o envolvimento em grupos de reflexão e intervenção cívica, educativa e cultural. Esses grupos estiveram inicialmente animados pelo republicanismo político e cultural, como os ligados ao movimento da educação popular, a Renascença Portuguesa, o grupo da Biblioteca Nacional e a *Seara Nova*. A partir daí começou a construir-se boa parte do prestígio de Cortesão mas também as redes e o intercâmbio intelectual, mormente com o Brasil, como no caso das ramificações da Renascença Portuguesa e da Academia das Ciências de Lisboa. Outro caso foi o da União Intelectual Portuguesa, criada no seio do grupo da Biblioteca Nacional e que abriu portas para a partilha da mensagem anti-ditatorial no exílio europeu. No exterior, tanto em França como em Espanha ligou-se a grupos de correligionários republicanos defensores da legitimidade do republicanismo deposto (numa primeira fase, até meados dos anos 1930), tendo tido ainda influência a sua condição de maçom. Já no Brasil as redes estenderam-se a mais âmbitos, desde círculos intelectuais, diplomáticos, académicos e da política cultural ao envolvimento em projetos de resistência frentista (como o jornal *Portugal Democrático*) e de novas editoras de cunho luso-brasileiro, como a Livros de Portugal e a Dois Mundos. Redes essas que lhe proporcionaram contínuos convites

e encomendas, tanto públicos como privados, assim lhe assegurando sustento material e reconhecimento. Ponto alto foi o comissariado da Exposição Histórica de São Paulo (1954), pelo qual foi distinguido como cidadão de honra dessa urbe.

Este longo elo luso-brasileiro atenuará necessariamente a experiência de exilado de Cortesão e contrasta com o forte sentimento de desenraizamento comum a muitos exilados de entreguerras (Camurri 2014), conferindo-lhe uma especificidade, duplamente enredada na história, na que uniu os dois países nos fluxos migratórios e de ideias e na que foi seu ofício central, contribuindo para legitimar uma perspectiva de identidade nacional inclusiva (embora com dificuldade geracional em assumir a rutura anticolonial).

Em estreito nexos com os anteriores, saliente-se a militância ativa de cariz antifascista, que culminou na sua afirmação enquanto escritor antifascista transnacional e que lhe valeu a acusação de traidor à pátria. Representou este novo tipo de intelectual público sobretudo através do seu envolvimento na Associação Internacional para a Defesa da Cultura e nos seus congressos frentistas de 1935 e 1937, realizados em França e Espanha. Mas também no exílio brasileiro, escrevendo em jornais dos círculos da resistência e ajudando a denunciar (por via indireta) o sequestro dos direitos humanos por Salazar em vários encontros, incluindo um patrocinado pela UNESCO em 1954, no âmbito do IV centenário de São Paulo.

O regresso deste exílio político e intelectual, após três décadas de ausência forçada (apenas interrompida pela breve passagem mal sucedida em 1940 e por missões culturais de 1952-3 e 1955 em nome do Estado brasileiro), confirmará a sua coerência cívica e intelectual: a escrita histórica e ensaística segundo uma perspectiva patriótica e universalista, abrangente e democrática; a persistência no combate cívico pela democratização da sociedade portuguesa; e o prosseguimento da colaboração na imprensa estrangeira e portuguesa para divulgação cultural e histórica das suas ideias.

Bibliografia

Alianza de Intelectuales Antifascistas para la Defensa de la Cultura (1936). "Manifiesto de la Alianza de Escritores Antifascistas para

- la Defensa de la Cultura”, *La Voz*, 4854 (30/7), 3, <http://www.ramongomezdelaserna.net/bR.manifiesto.htm> (acedido a 29/6/2019).
- Águas, Neves (1985). *Bibliografia de Jaime Cortesão*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Baptista, Jacinto (coord.; 1985). *Jaime Cortesão, Raul Proença: catálogo da exposição comemorativa do primeiro centenário (1884-1984)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- « – » (1990). *Jaime Cortesão, Raul Proença: idealistas no mundo real*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- “Biblioteca Lusitana” (1915). *A Vida Portuguesa*, 33, 102-3.
- Bueno Sánchez, Gustavo (s.d.). “El mono azul (1936-1939)”, *Filosofía en español*, <http://www.filosofia.org/hem/med/m043.htm> (acedido a 29/6/2019).
- Camurri, Renato (2014). “The exile experience reconsidered: a comparative perspective in european cultural migration during the interwar period”, *Transatlantica*, 1, 1-16.
- Clímaco, M. Cristina (1995). “A emigração política portuguesa em França (1927-40)”, *Penélope*, 16, 153-177.
- « – » (2017). *Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio (1927-1936)*. Lisboa: Edições Colibri.
- Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais (1957). *Congresso Internacional de Escritores e Encontros Intelectuais da UNESCO*. São Paulo: Editôra Anhembi e Sociedade Paulista de Escritores.
- Cortesão, Jaime (1922). *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Paris: Aillaud, Lisboa: Bertrand.
- « – » (1923). “A expedição de Cabral (1500)”, in de Carlos Malheiro Dias (coord), *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto: Litografia Nacional, II, 1-39.
- « – » (1930a). “Os factores democráticos na formação de Portugal”, in Luís de Montalvor (dir.), *História do regímen republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, I, 13-96.
- « – » (1930b). *L’expansion des portugais dans l’histoire de la civilisation*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- « – » (1932). “O franciscanismo e a mística dos Descobrimentos”, *Seara Nova*, 301 (2/6), 198-204.
- « – » (1941). “Jaime Cortesão na Academia Brasileira de Letras”, *Seara Nova*, 700 (11/1), 63-64.
- « – » (1960 [1912]). “Prefácio a modo de memórias”, in *O Infante de Sagres*. 4.^a ed., [Porto]: Marânus.

- « - » (1965). *O humanismo universalista dos portugueses*. Lisboa: Portugália Editora.
- « - » (1987). *13 cartas do cativo e do exílio (1940)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Farinha, Luís (1998). *O revirinho*. Lisboa: Estampa.
- “Freitas Bastos” (s.d.), *Wikipédia*, https://pt.wikipedia.org/wiki/Freitas_Bastos (acedido a 29/6/2019).
- Gonçalves, João (1986). “A actividade editorial e tipográfica da Biblioteca Nacional: 1919-1927”, *Revista da Biblioteca Nacional*, s.2, 1, 1/2, 237-244.
- Gutiérrez, Montse, Moncunill, Fructuós (2007). “Bibliografia”, *Juliol 1937. II Congreso Internacional de los Escritores para la Defensa de la Cultura (Valencia-Madrid-Barcelona-Paris)*, <https://ddd.uab.cat/pub/expbib/2007/exili/bibliografia.asp.html> (acedido a 29/6/2019).
- Hallewell, Laurence (2005). *O livro no Brasil*. 2.^a ed.. São Paulo: EdUSP.
- Lemos, Fernando, Leite, Rui Moreira (ed.; 2003). *A missão portuguesa, rotas entrecruzadas*. São Paulo: Unesp.
- Lisboa, Irene (1944). *Inquérito ao livro em Portugal*. Lisboa: Seara Nova, vol.1.
- Magalhães, Joaquim Romero (20--). “CORTESÃO, Jaime Zuzarte (Ançã, 1884 - Lisboa, 1960)”, *Dicionário de Historiadores Portugueses*, <http://dichp.bnportugal.gov.pt/imagens/cortesao.pdf> (acedido a 29/6/2019).
- Oliveira, Ângela Meirelles de (2013). *Palavras como balas*. São Paulo: USP, tese doutr.
- « - » (2015). “Repercussões do Congresso de Escritores pela Defesa da Cultura de Paris (1935) no Cone Sul: luta antifascista e debates culturais”, *Dimensões*, 35, 270-94.
- Oliveira, Francisco Roque de (2016). “«Hoy me anuncian que la revolución de Portugal será mañana»: o exílio de Jaime Cortesão na Espanha republicana”, *GeocritiQ*, 198, <http://www.geocritiq.com/2016/01/hoy-me-anuncian-que-la-revolucion-de-portugal-sera-manana-o-exilio-de-jaime-cortesao-na-espanha-republicana> (acedido a 29/6/2019).
- Ortiz, Jean (2017). “80 ème anniversaire du «Second Congrès International des Écrivains Pour la Défense de la Culture»”, *Pablo Neruda [blogue]*, 5/7, <http://pablo-neruda-france.blogspot.pt/2017/07/quatrevingtieme-anniversaire-du-2eme.html> (acedido a 29/6/2019).
- Paulo, Heloísa (2008). “Imagens da Liberdade: os exilados portugueses e a luta pela liberdade na Península Ibérica”, *Estudos do Século XX*, 8, 87-103.

- « – » (2009). “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, *Portuguese Studies Review*, 14, 2, 125-42.
- « – » (2012). “Portugais et espagnols et la lutte pour la République (1934-1946)”, https://www.academia.edu/22386164/Portugais_et_espagnols_et_la_lutte_pour_la_République_1934-1946 (acedido a 29/6/2019).
- « – » (2014). “Exílio: uma história em três dimensões”, *História*, 33, 1, 50-65.
- Pena-Rodríguez, Alberto (2014). “«Mensaje del verdadero Portugal». Los intelectuales portugueses, la IIª República española y el fascismo ibérico: prensa y propaganda”, *Arbor*, 190, 766, 1-12.
- Pimentel, Sarmiento (1952). “Portugueses emigrados políticos no Brasil”, *Seara Nova*, 1266-69 (27/12), 195-7.
- Pintassilgo, Joaquim (2006). “O debate sobre as Universidades Populares na imprensa portuguesa de educação e ensino: o exemplo de «A vida portuguesa» (1912-1915)”, *Revista HISTEDBR On-line*, 24, 93-101, http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/24/art08_24.pdf (acedido a 29/6/2019).
- Ribeiro, David W. A. (2015). *Cartografia das relações*. São Paulo: USP, tese maestr.
- Santos, Alfredo Ribeiro dos (1990). *A Renascença Portuguesa*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- « – » (1993). *Jaime de Cortesão um dos grandes de Portugal*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- « – » (2009). *História literária do Porto através das suas publicações periódicas*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Douglas Mansur da (2007). *Intelectuais portugueses exilados no Brasil: formação e transferência cultural, século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, tese doutr.
- Simões, Nuno (1961). “Jaime Cortesão e o Brasil”, *Ocidente*, 61, 25-40.
- Travessa, Elisa Neves (2004). *Jaime Cortesão: política, história e cidadania (1884-1940)*. Porto: Asa.
- Truzzi, Oswaldo (2008). “Redes em processos migratórios”, *Tempo Social*, 20, 199-218.

